

O pagamento dos juros preocupa economistas

O pagamento do serviço da dívida externa deverá ser o ponto crucial da economia brasileira no próximo ano, segundo os economistas que redigiram a Carta de Conjuntura de dezembro do Conselho Regional de Economia. Para eles, o Brasil não deverá entrar pelo caminho da moratória unilateral. Mas há discordância sobre os motivos. Para o presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, a elevação da arrecadação via aumento do IPI, com o objetivo de saldar a dívida interna, propicia "um ótimo cacife" para as negociações da dívida externa, enquanto Luciano Coutinho, professor da Unicamp, acredita que, numa análise cautelosa, o Brasil tem perfeitas condições de obter uma redução de US\$ 6 bilhões na transferência de recursos ao Exterior em 87, equilibrando suas contas externas via elevação das exportações de investimentos internos diretos no País.

Mas para Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central e professor da USP, o não pagamento da dívida elevaria em apenas 2% a renda interna, volume insuficiente para resolver os problemas da dívida interna. "Além disso, seria uma espécie de sair fora do mundo, o que seria um desastre." Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas, lembrou que moratória é um tema admitido pelo movimento sindical, mas que se trata de uma solução apenas tempo-

rária para a transferência de recursos ao Exterior. Segundo ele, os ajustes internos necessitam de medidas mais eficientes que as do chamado Cruzado II, sobretudo no que se refere ao controle dos gastos públicos.

As críticas mais contundentes às recentes medidas do governo partem de Pastore, que condena a via da tributação indireta para elevação do receita tributária, lembrando que os trabalhadores de baixa renda também foram atingidos. Para ele, uma elevação seletiva do Imposto de Renda conteria a demanda agregada mais eficientemente, sem gerar uma expectativa inflacionária, fator que está desestabilizando a política econômica.

Segundo Barelli, o Cruzado II usa uma retórica recessiva que leva à diminuição da oferta de emprego e da massa salarial. Mas, na prática, ele considera que "felizmente as medidas não são suficientes para gerar essa recessão". A massa salarial deverá ser fortemente pressionada por índices oficiais que não refletirão a real elevação do custo de vida, admitiu Barelli, mas ele acredita que os movimentos sindicais terão atuação forte na obtenção de reajustes mais favoráveis aos trabalhadores. Quanto à oferta de emprego, o diretor do Dieese considera que isso depende das forças de mercado, cuja tendência de elevação se vem delineando desde o ano passado, independente do Plano Cruzado e das medidas de reajuste posteriores.